



ESTADO PORTUGUÊS
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS
LABORATÓRIO NACIONAL DO MEDICAMENTO

CONCURSO PÚBLICO N.º LM 225/2024

PROGRAMA DO CONCURSO

SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto do concurso

O presente procedimento tem por objeto a aquisição de reagentes e kits para análises químicas por lotes, com disponibilização sem custo dos respetivos equipamentos para os Laboratórios de Análises Clínicas dos Centros de Saúde Militar de Santa Margarida, de Coimbra e da USTII de Évora de acordo com as Cláusulas Técnicas e até à quantidade máxima e tipologias discriminadas nos Anexos A, B, C, D, E ao presente Caderno de Encargos, até ao montante de **€ 362.665,50 (trezentos e sessenta e dois mil, seiscentos e sessenta e cinco euros e cinquenta cêntimos)**.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

Estado Português, Ministério da Defesa Nacional – Exército Português – Laboratório Nacional do Medicamento (NIPC 600087581), Av. Dr. Alfredo Bensaúde, 1849-012 Lisboa, Portugal.

Tel.: (+351) 218 541 100; E-mail: lm@exercito.pt

Horário de Serviço: 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 17H00.

Artigo 3.º

Órgão competente para a decisão de contratar

A competência para autorizar a despesa, a escolha do procedimento e decisão de contratar é de S.Exa. o Chefe de Estado-Maior do Exército, ao abrigo da competência prevista no Despacho n.º 6701/2024, de S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional, aprovado no dia 27 de maio de 2024, e publicado em Diário da República n.º 114, 2.ª série de 14 de junho.

Artigo 4.º

Anúncio

O anúncio do presente procedimento é publicado na 2.ª Série do DRE e no JOUE, sendo as peças do presente procedimento divulgadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (PECP) acinGov, através do site <https://www.acingov.pt>.

Artigo 5.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. O Programa do Concurso e o Caderno de Encargos serão disponibilizados na PECP e encontram-se disponíveis para consulta nos serviços do Laboratório Nacional do Medicamento, sito na morada referida no artigo 2.º, no horário das 9h30 às 12h30 e das 14h00 às 17h00, todos os dias úteis, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. As peças do procedimento são consultadas através da PECP, de acordo com o referido no artigo 4.º.

Artigo 6.º

Concorrentes

1. Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual.
2. Cada uma das entidades que compõe o agrupamento deve apresentar os documentos que são exigidos para acompanhar as propostas.
3. Os membros de um agrupamento concorrente devem constituir-se juridicamente numa entidade única ou em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, quando lhe seja adjudicado o fornecimento tendo em vista a celebração do contrato.

Artigo 7.º

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é fixado de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela avaliação do preço ou custo mais baixo, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência, cumpridos todos requisitos constantes no Caderno de Encargos, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. Em caso de empate, será Adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar na presença dos concorrentes que hajam apresentado as propostas que se encontrem empatadas, com recurso a gravação áudio visual, do qual será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.
3. Na impossibilidade de comparência de um dos concorrentes pode o júri, antes da realização do sorteio e caso entenda que tal se ficou a dever a facto não imputável ao concorrente, marcar nova data para a realização do mesmo. A falta de comparência que não seja devidamente justificada, implica a realização

- de sorteio (caso subsistam pelo menos duas propostas em situação de empate) e a ordenação em último lugar do concorrente que não compareceu.
4. No caso de não comparência dos concorrentes sem qualquer justificação pode o júri, e caso entenda, realizar o sorteio na ausência dos concorrentes, caso existam pelo menos duas propostas em situação de empate. Para o efeito o sorteio será realizado 30 minutos após o horário previsto e gravado para posterior visualização.
 5. A entidade adjudicante reserva-se no direito de adjudicar, os serviços objeto do presente concurso, até ao montante e quantidades máximas previstas nas peças do procedimento.

Artigo 8.º

Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a. O órgão competente para a decisão de contratar pode delegar no júri a competência para prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b. O órgão competente para a decisão de contratar ou outro órgão com competência delegada ou subdelegada, pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. O órgão competente para a decisão de contratar ou outro órgão com competência delegada ou subdelegada, deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar ou outro órgão com competência delegada ou subdelegada pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo referido no n.º 5 do artigo 50.º do CCP, ou até ao final do prazo de entrega de candidaturas ou propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do mesmo diploma legal.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 9.º **Classificação de documentos da proposta**

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, pelo órgão competente para a decisão de contratar ou outro órgão com competência delegada ou subdelegada, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores.
4. Se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a classificação de documentos que constituem as propostas, o órgão competente para a decisão de contratar ou outro órgão com competência delegada ou subdelegada deve promover, oficiosamente, a respetiva desclassificação, informando do facto todos os interessados.
5. Quando, por força da classificação de documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP ou no prazo fixado no programa do procedimento, o órgão competente para a decisão de contratar ou outro órgão com competência delegada ou subdelegada pode estabelecer, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

SECÇÃO II **PROPOSTAS**

Artigo 10.º **Apresentação de propostas**

1. As propostas elaboradas nos termos do artigo 11.º são apresentadas direta e exclusivamente na plataforma eletrónica, devendo ser aposta em cada um dos documentos que a constituem, assinatura eletrónica qualificada, devendo ser submetida impreterivelmente, até às **23h59 do 34.º (trigésimo quarto) dia**, contado a partir da data de envio do anúncio para publicação do concurso no JOUE.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser

apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante.

3. No caso previsto no número anterior, o invólucro é remetido por correio registado, endereçado para a morada referida no artigo 2.º, ou entregue em mão, acompanhado do comprovativo de entrega (conforme modelo constante do Anexo III), nas instalações do Laboratório Nacional do Medicamento, sediada na mesma morada, devendo a sua receção ser efetuada até às 16h00 do último dia do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. Para além dos casos previstos nos artigos 8.º e 9.º, o prazo de apresentação das propostas pode ser prorrogado a pedido dos interessados, em casos devidamente fundamentados, por prazo considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

Artigo 11.º **Propostas variantes**

Não é permitida a apresentação de propostas variantes

Artigo 12.º **Elementos da proposta**

1. Na proposta, o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe fazê-lo, observando estritamente o disposto nos números seguintes.
2. O concorrente deve obrigatoriamente apresentar os seguintes dados e elementos devidamente preenchido:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (disponível no endereço eletrónico <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome/> ;
 - b. **Minuta da proposta** (Anexo I ao Programa do Concurso).
3. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução autenticada, em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
4. Os preços expressos em € (euros) não devem incluir o IVA, sendo simultaneamente a sua redação em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o indicado por extenso.
5. O valor da proposta não está sujeito a revisão cambial.
6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a Minuta da Proposta, referida na alínea b) do n.º 2, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração, os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus

membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

7. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período mínimo de 66 (sessenta e seis) dias contados a partir da data limite para a sua entrega, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele, nada requerer em contrário.
8. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.
9. Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas (proposta condicionada é toda aquela que fizer depender a sua validade de uma confirmação à posteriori de qualquer facto).
10. Não é admitida a apresentação de propostas sem o preenchimento integral do Anexo II, indicações da al. b) do n.º 2 do art.º 11º.

Artigo 13.º **Assinatura Eletrónica**

1. Todos os documentos têm que ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, previamente ao seu carregamento na plataforma eletrónica, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de abril e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, com as exceções aí admitidas e aquelas que forem definidas no presente programa do concurso.
2. Os documentos que constituem as candidaturas e as propostas devem ser submetidos na plataforma eletrónica, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, após aposição da assinatura eletrónica nos termos do n.º 1.
3. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
4. Os documentos eletrónicos em padrão aberto, designadamente em eXtensible Markup Language (XML) e Design Web Format (DWF), são dispensados de aposição de assinatura eletrónica qualificada desde que sejam acompanhados por documento eletrónico com igual conteúdo em Portable Document Format (PDF), devidamente assinado nos termos do disposto no presente artigo que prevalecerá sobre os documentos em padrão aberto.

SECÇÃO III **ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

Artigo 14.º **Abertura e disponibilização das propostas na plataforma eletrónica**

1. No dia útil seguinte à data limite para entrega das propostas, o Júri procede à abertura das propostas e procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade

adjudicante.

2. A eventual alteração da data da abertura das propostas é comunicada aos interessados com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
3. Nos termos do n.º 3 do Artigo 138.º do CCP, o interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.

Artigo 15.º **Análise das propostas**

1. Após a análise das propostas e aplicação do critério de adjudicação o Júri elabora o Relatório Preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas e/ou a sua exclusão, com a respetiva fundamentação, nos termos do artigo 146.º do CCP;
2. No Relatório Preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º, aplicáveis com as necessárias adaptações, bem como das que sejam apresentadas em violação do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 121.º do CCP;
3. Do Relatório Preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º;
4. Cumulativamente ao Relatório Preliminar será elaborado um parecer técnico pelos peritos nomeados, referindo se a proposta cumpre com as especificações técnicas presentes no caderno de encargos;
5. Elaborado o Relatório Preliminar, o Júri envia-o, através da PECP, a todos os concorrentes para, querendo, se pronunciarem, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia.
6. Cumprido o disposto no número anterior, o Júri elabora o Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor das conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas e/ou alteração de ordenação destas, caso em que este, procederá a nova audiência prévia e à realização do subsequente Relatório Final.
7. Nos termos do nº 2 do artigo 125º do CCP, não haverá lugar à elaboração de relatório preliminar e final quando tenha sido apresentada apenas uma proposta.

Artigo 16.º
Imperatividade

A não observância do disposto em qualquer um dos artigos anteriores, determina a exclusão das propostas, devendo, no entanto, o júri do procedimento solicitar aos concorrentes o suprimento das irregularidades da sua proposta ou candidatura causadas por preterição de formalidades para as quais a Lei não preveja expressamente a exclusão da proposta.

Artigo 17.º
Adjudicação

O objeto do presente procedimento será adjudicado à proposta que, uma vez aplicado o critério de adjudicação, seja classificada em primeiro lugar, e que, não tendo sido excluída por violação de qualquer das disposições constantes no Programa do Concurso e do CCP, cumpra todos os requisitos exigidos no Caderno de Encargos.

Artigo 18.º
Notificação da adjudicação

1. A decisão de adjudicação será notificada, através da PECP, a todos os concorrentes, acompanhada do respetivo Relatório Final.
2. Com a adjudicação deve considerar-se o adjudicatário igualmente notificado para:
 - a. Apresentar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, os documentos previstos no artigo 21.º, para efeitos de habilitação prevista nos artigos 81.º a 85.º do CCP;
 - b. Pronunciar-se no prazo de **5 (cinco) dias úteis** sobre a minuta do contrato nos termos do artigo 101.º do CCP;
 - c. Confirmar no prazo de 10 (dez) dias, se for o caso, dos compromissos assumidos por outras entidades ou fornecedores, relativos a elementos, atributos, prazos, termos ou condições da proposta.

Artigo 19.º
Causas de não adjudicação e revogação da decisão de contratar

1. Não há lugar à adjudicação quando ocorra alguma das situações previstas nas alíneas a) a g) do n.º 1 do artigo 79.º do CCP.
2. Caso ocorra a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão e dos respetivos fundamentos, bem como das medidas a adotar subsequentemente.
3. A decisão de não adjudicação nos termos dos números anteriores, determina a revogação da decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 80.º do CCP.

4. Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 167.º do CPA, não haverá igualmente lugar à adjudicação, originando igualmente a revogação da decisão de contratar, quando, por força da obrigatoriedade do cumprimento de quaisquer disposições legais ou regulamentares, nomeadamente relacionadas com limitações relativas à realização de despesa por parte da Entidade Adjudicante, a mesma se vir impossibilitada de celebrar o contrato.

Artigo 20.º **Caducidade da adjudicação**

1. Sem prejuízo das causas de caducidade da adjudicação já expressamente prevista no Programa do Concurso, no CCP, ou resultantes de outra legislação aplicável, determina ainda a caducidade da adjudicação a ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário ou por insolvência deste.
2. Quando as causas de caducidade da adjudicação referidas no número anterior respeitem ao adjudicatário,

a entidade deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. O adjudicatário deve indemnizar a entidade adjudicante, nos termos gerais, pelos prejuízos que culposamente tenha causado.

SECÇÃO IV **HABILITAÇÃO**

Artigo 21.º **Documentos de habilitação**

1. Para a celebração do contrato, o adjudicatário deve obrigatoriamente apresentar à entidade adjudicante, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, através da PECP, a seguinte documentação:
 - a. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao presente Programa do Concurso;
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º;
 - c. Certidão do Registo Comercial de constituição e das alterações do pacto social.
 - d. Declaração comprovativa da situação regularizada quanto ao pagamento da taxa ao INFARMED ou INSA, conforme o caso, nos termos do Decreto-Lei n.º 282/85 de 26 de outubro, do art.º 72.º da lei n.º 3 – B/2000, de 4 de abril, do Decreto-Lei n.º 312/2002, de 20 de dezembro e do Decreto-Lei n.º 264/2003, de 24 de outubro;

- e. Código INFARMED do dispositivo médico CDM (obrigatório para cada dispositivo para **diagnóstico in vitro proposto**; caso o dispositivo já esteja codificado pelo INFARMED – Despacho n.º 15731/2012 de 3/12.
2. Na eventualidade de o adjudicatário ser um agrupamento de empresas, deverão ser submetidos os documentos referidos no número anterior relativos a cada um dos membros do consórcio adjudicatário, bem como o respetivo contrato constitutivo de consórcio;
 3. O órgão competente para a decisão de contratar ou outro órgão com competência delegada ou subdelegada pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
 4. Se o concorrente tiver proposto a subcontratação parcial do fornecimento, a entidade subcontratada deve igualmente apresentar os documentos exigidos nos números anteriores.
 5. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do Adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP.

Artigo 22.º

Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que seja imputável ao adjudicatário, este não apresentar todos os documentos de habilitação:
 - a. No prazo fixado no corpo do n.º 1 do artigo anterior;
 - b. No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar ou outro órgão com competência delegada ou subdelegada, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP;
 - c. Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
2. Quando se verificarem as situações previstas no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar ou outro órgão com competência delegada ou subdelegada notifica o adjudicatário para, em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Se, em função das razões invocadas, se apurar que a ocorrência das situações, previstas no n.º 1, se

- ficou a dever a facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar ou outro órgão com competência delegada ou subdelegada concede um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Sempre que se verifique qualquer outra irregularidade relativamente aos documentos de habilitação submetidos e que careça de suprimento, o órgão competente para a decisão de contratar ou outro órgão com competência delegada ou subdelegada notifica o adjudicatário para, em prazo não superior a 3 (três) dias úteis, proceder ao respetivo suprimento, sob pena de caducidade da adjudicação, observado o disposto nos números anteriores.
 5. Perante a caducidade da adjudicação, com os fundamentos previstos no presente artigo, o órgão competente ou outro órgão com competência delegada ou subdelegada para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
 6. Caso tenha sido apresentada apenas uma proposta, ou todas as restantes propostas tenham sido excluídas, a caducidade da adjudicação prevista na alínea anterior determina igualmente a revogação da decisão de contratar.

SECÇÃO V CONTRATO

Artigo 23.º

Redução do contrato a escrito

Salvo nos casos previstos no artigo 95.º do CCP, o contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

Artigo 24.º

Aprovação e aceitação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato é enviada para aceitação ao adjudicatário, após aprovação pelo órgão competente para a decisão de contratar ou outro órgão com competência delegada ou subdelegada, juntamente com a notificação da decisão de adjudicação.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação **nos 5 (cinco) dias úteis** subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 25.º

Reclamações da minuta

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos

- do disposto nos números 2 e 5 do artigo 96.º do CCP ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
 3. Os ajustamentos ao contrato propostos pelo adjudicatário, mas recusados, não serão inseridos no contrato a celebrar, se aplicável.

Artigo 26.º **Outorga do contrato**

1. A entidade adjudicante remete ao adjudicatário a versão final do contrato, em formato digital, o qual deverá ser assinado eletronicamente por representante do adjudicatário com poderes para vincular o mesmo, e remetido ao Laboratório Nacional do Medicamento, no prazo máximo de **5 (cinco) dias uteis** a contar do dia útil seguinte ao da data de envio do contrato.
2. Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo fixado, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta, liberando-se a caução (caso exista) que haja sido prestada, para além do direito à indemnização por todas as despesas e demais encargos com a elaboração da proposta e a prestação da caução.
3. Em caso de obrigatoriedade, uma vez celebrado o contrato, e caso este esteja sujeito a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, os encargos com os respetivos emolumentos serão da inteira responsabilidade do adjudicatário, quando aplicável.

SECÇÃO VI **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 27.º **Prevalência**

Nos termos do artigo 51.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, as normas constantes desse diploma relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças procedimento com elas desconformes.

Artigo 28.º **Legislação aplicável**

Em tudo o não especificado no presente Programa, aplicam-se subsidiariamente, as disposições do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

O Diretor da Logística Farmacêutica

(Original assinado e arquivado no Laboratório Nacional do Medicamento)

Eduardo Esperança de Carvalho

Tenente-Coronel Farmacêutico

ANEXOS:

ANEXO I – Minuta da Proposta

ANEXO II– Modelo da Declaração de Habilitação

ANEXO III – Comprovativo de Entrega de Documentos em Mão.

ANEXO I
MINUTA DA PROPOSTA

_____, (nome da empresa), com sede em _____, representada por (nome, naturalidade, cargo que desempenha na sociedade, profissão e residência), tendo tomado perfeito conhecimento do Caderno de Encargos e Programa do Concurso do Procedimento n.º _____, propõe-se fornecer os reagentes e kits para análises químicas, de acordo com o custo unitário e até às quantidades **conforme a tabela abaixo apresentada**, com disponibilização dos respetivos equipamentos nos Laboratórios de Análises Clínicas dos Centros de Saúde Militar de Santa Margarida (CSMTSM), de Coimbra (CSMC) e da USTII – Évora (USTIIE), obrigando-se a que estes artigos se encontrem em conformidade com o Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar sem reservas todas as suas cláusulas, o que tudo faz pelo preço de até € _____ (_____), que não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Lote 1

(Preencher com 2 casas decimais)

Lote 1 – Reagentes e kits para análises bioquímicas, com disponibilização sem custo do equipamento (CSMTSM)				
Designação	Qtd. (UN) / Ano	Preço unitário	Preço Total 2025	Preço Total 2026
Ácido úrico	2000			
Aminotransferase da alanina (ALT)	2000			
Aminotransferase do aspartato (AST)	2000			
Bilirrubina direta	1400			
Bilirrubina total	1400			
Colesterol da fração HDL	2000			
Colesterol total	2000			
Creatinaquinase (CK)	1500			
Creatinina	2000			
Desidrogenase láctica (LDH)	1500			
Fosfatase alcalina	2000			
Gamaglutamil transferase (GGT)	2000			
Glucose	2000			
Proteína C reativa	900			
Triglicéridos	2000			
Ureia	2000			
Valor do lote por ano				
Valor total do lote				

Lote 2

(Preencher com 2 casas decimais)

Lote 2 - Reagentes e kits para análises bioquímicas e imunológicas, com disponibilização sem custo do equipamento (CSMC)				
Designação	Qtd. (UN) / Ano	Preço unitário	Preço Total 2025	Preço Total 2026
Ácido úrico	3000			
Albumina	1600			
Aminotransferase da alanina (ALT)	4300			
Aminotransferase do aspartato (AST)	4300			
Anticorpos para <i>Treponema pallidum</i>	2000			
Anticorpos para vírus Hepatite A Total/IgG	1200			
Anticorpos para vírus Hepatite B - anti Hbc	1800			
Anticorpos para vírus Hepatite B - anti Hbs	2300			
Anticorpos para vírus Hepatite C - anti HCV	2000			
Anticorpo anti-SARS-COV-2 IgG	800			
Anticorpo anti-SARS-COV-2 IgM	800			
Anticorpos/antígeno VIH 1 e 2 (Combo)	2100			
Antígeno de vírus da Hepatite B - Hbs	2000			
Antígeno específico da próstata (PSA) livre	500			
Antígeno específico da próstata (PSA) total	1100			
Bilirrubina direta	2800			
Bilirrubina total	2400			
Cálcio total	1200			
Colesterol da fração HDL	3200			
Colesterol total	3300			
Creatinaquinase (CK)	1800			
Creatinina	4000			
Desidrogenase láctica (LDH)	1900			
Ferritina	1000			
Ferro	1100			
Folatos	400			
Fósforo	1000			

Lote 2 - Reagentes e kits para análises bioquímicas e imunológicas, com disponibilização sem custo do equipamento (CSMC)				
Designação	Qtd. (UN) / Ano	Preço unitário	Preço Total 2025	Preço Total 2026
Fosfatase alcalina	3000			
Gamaglutamil transferase (GGT)	3800			
Glucose	4500			
Globulina ligada às hormonas sexuais (SHBG)	600			
Hemoglobina A1C (glicada)	1100			
Hormona Folículo-estimulante (FSH)	700			
Hormona Luteínica (LH)	700			
Hormona tiroestimulante (TSH)	1300			
Ionograma (Na, K, Cl)	2400			
Magnésio	600			
Microalbuminúria	1000			
Proteína C reativa	1400			
Proteínas totais	1800			
Testosterona total	900			
Tiroxina livre (FT4)	1200			
Triglicéridos	3200			
Triiodotironina livre (FT3)	1000			
Ureia	3000			
Vitamina B12 (cianocobalamina)	500			
Anfetaminas	800			
Canabinóides	800			
Cocaína	800			
Opiáceos	800			
Valor do lote por ano				
			Valor total do lote	

Lote 3

(Preencher com 2 casas decimais)

Lote 3 - Reagentes e kits para análises bioquímicas (USTIIE)				
Designação	Qtd. Cx/Emb / Ano	Preço unitário	Preço Total 2025	Preço Total 2026
Fostatase Alcalina	3			
ALT (GPT)	3			
AST (GOT)	3			
Colesterol Total	3			
HDL - Colesterol	4			
LDH - Colesterol	4			
Glucose	3			
Gama -GT	3			
Triglicéridos	3			
Ácido Úrico	3			
Ureia	3			
Solução de lavagem C1	6			
Calibrador HDL / LDL Colesterol	4			
LDH	3			
Calibrador PCR	3			
Calibrador Múltiplo Química Clínica Nível 3	3			
Controlo Múltiplo Química Clínica Nível 2	3			
Controlo Múltiplo Química Clínica Nível 3	3			
Calibrador para HbA1c	4			
FrCRP	2			
Solução de lavagem concentrada 1	4			
Solução de lavagem concentrada 2	4			
Solução de lavagem concentrada 3	4			
Controlo lipídeos nível 1	6			
Controlo lipídeos nível 2	6			
Controlo SP nível 2	4			
Controlo SP nível 3	4			
Controlo para HbA1C	2			
HbA1c	2			
CK-NAC	1			
AWS	2			
NS	3			
Bilirrubina total	4			

Lote 3 - Reagentes e kits para análises bioquímicas (USTIIE)				
Designação	Qtd. Cx/Emb / Ano	Preço unitário	Preço Total 2025	Preço Total 2026
Bilirrubina direta	4			
Creatinina	5			
Valor do lote por ano				
Valor total do lote				

Lote 4

(Preencher com 2 casas decimais)

Lote 4 – Programa de controlo de qualidade externo para análises bioquímicas			
Designação	Qtd. (UN) / Ano	Preço Total 2025	Preço Total 2026
Programa de controlo de qualidade externo para análises químicas - Laboratório de Análises Clínicas do Centro de Saúde Militar de Santa Margarida	1		
Programa de controlo de qualidade externo para análises químicas - Laboratório de Análises Clínicas da USTII de Évora	1		
Programa de controlo de qualidade externo para análises químicas - Laboratório de Análises Clínicas do Centro de Saúde Militar de Coimbra	1		
Valor do lote por ano	3		
Valor Total do Lote			

PRAZO DE ENTREGA (a preencher):

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (a preencher):

GARANTIA (a preencher):

OUTROS CUSTOS ASSOCIADOS (se aplicável):

ASSISTÊNCIA TÉCNICA (se aplicável):

PRAZO DE MANUTENÇÃO DA PROPOSTA (a preencher):

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação Portuguesa em vigor.

Data ____/____/____

Assinatura

ANEXO II

MODELO DA DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III
COMPROVATIVO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS EM MÃO

Identificação do remetente da proposta:

Nome da Empresa: _____

Morada: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Endereço de e-mail: _____

Identificação do portador da proposta: _____

Identificação do procedimento: n.º _____ / _____

Objeto do Procedimento: Aquisição de _____

A preencher pelo Laboratório Nacional do Medicamento

Identificação da entidade que recebeu a proposta

Nome: _____

Posto/Categoria: _____

Grupo data-hora da receção da proposta: _____

N.º ordem de entrada: _____

(Original para a entidade convidada / Duplicado para o Laboratório Nacional do
Medicamento)